



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019092-73.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Luis Antonio Trevisani**
 Embargado: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, propostos por **LUIS ANTÔNIO TREVISANI**, contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é senhor e legítimo possuidor do veículo descrito na inicial, o tendo adquirido, em 19 de março de 2014, de Flaviana Maritns Branco Antoneli, sendo impedido de efetuar a transferência, em vista da existência de gravame, decorrente de ação de execução movida contra **OLIVEIRA E RUSCA DUTOS E CALHAS LTDA ME** e **OUTROS**. Sustenta que, quando da transação não havia nenhuma restrição sobre o bem, pois a restrição estava relacionada à execução contra o primitivo proprietário, pessoa que lhe era totalmente desconhecida, sendo que a Sra. Flaviana adquiriu o veículo do Sr. Vanderlei, em 30/01/13, permanecendo com ele por mais de um ano, devendo ser resguardada a boa fé do adquirente, havendo que se considerar, ainda, que os executados possuem outros bens.

A embargada apresentou contestação (fls. 44). Aduz que a venda do veículo pelo executado Donizete para Flavianda se deu em fraude à execução, pois ele já integrava o polo passivo do processo, sendo que, quando da venda ao embargante, já havia restrição de transferência (ocorrida em 20/01/2014), sendo patente a má-fé na aquisição do bem. Argumenta, ainda, que não há provas da existência de outros bens.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido comporta acolhimento.

Pretende o embargante afastar o bloqueio sobre o veículo, sob a alegação de que o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

adquiriu de pessoa diversa do executado.

De fato, o documento de fls. 11 demonstra que a embargante adquiriu o veículo de Flaviana Martins Branco Antoneli, em 19 de março de 2014, sendo que esta o adquiriu de Vanderlei de Oliveira Nunes que, por sua vez, o adquiriu do executado, conforme certidão de fls. 18.

A restrição de transferência se deu em 20/01/14 (fls. 14). Assim, quando Flaviana o adquiriu, não havia nenhuma pendência sobre o bem.

Trata-se, pois, de alienações sucessivas. Neste caso, às alienações posteriores, não se aplica a presunção do art. 185 do CTN, e sim a Súm. 375 do STJ: “o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente”.

Nesse sentido, o E. TJSP: “*APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. Pretensão dos embargantes de levantar a constrição que recai sobre o bem de sua propriedade, penhorado a pedido da Fazenda Estadual em execução fiscal. Alienações sucessivas. Co-executado que alienou o bem a terceiro que, por sua vez, o revendeu aos embargantes. Primeira alienação, provavelmente, feita em fraude de execução, sem necessária contaminação da subsequente. Inocorrência de fraude à execução da segunda alienação. Hipótese dos autos que não se enquadra no disposto no art. 185, do CTN. Não comprovados pelo Fisco Estadual a má-fé dos embargantes, ou a ciência acerca da execução fiscal. Inteligência da Súmula 375, do STJ. Precedentes. Sentença de procedência dos embargos mantida. Recurso não provido*”. (Ap. 0001296-38.2011.8.26.0498, Rel. Paulo Barcellos Gatti, 4ª Câmara de Direito Público, j. 11/11/2013).

Ademais, não se tem indícios de má-fé, por parte do embargante, pois só tomou conhecimento da restrição quando tentou transferir o bem para o seu nome.

Assim, é de rigor a concessão dos embargos.

Ante o exposto, **CONCEDO** os embargos de terceiro para determinar o levantamento do bloqueio e eventual penhora que recaíram sobre o veículo descrito na inicial, **CONDENANDO** a embargada em honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em 10% sobre o valor da causa, sendo isenta de custas, na forma da lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitada em julgado, proceda-se ao desbloqueio e levantamento da penhora, se o caso, pelo sistema ARISP, se viável, ou OFICIE-SE à CIRETRAN, para estas providências.

P I

São Carlos, 20 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**